

Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações financeiras
(controladora e consolidado)
em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (controladora e consolidado)	5
Balancos patrimoniais (controladora e consolidado)	9
Demonstrações dos resultados (controladora e consolidado)	10
Demonstrações dos resultados abrangentes (controladora e consolidado)	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)	12
Demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado)	13
Demonstrações do valor adicionado (controladora e consolidado)	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidado)	15

Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta, foi constituída em 26 de junho de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcios.

A Companhia possui participação de 100% no capital social das empresas LT Triângulo S.A. ("Triângulo") e Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. ("Vila do Conde").

A Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") possui 100% de participação na Companhia.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Pagamento de debêntures

Em maio de 2022, a Companhia efetuou o pagamento das debêntures no valor de R\$ 50.850 de principal e R\$ 45.693 de juros.

(b) Dividendos pagos

Durante o exercício findo em 2022 a Companhia pagou para a sua controladora o montante de R\$ 76.458 de dividendos.

(c) Recebimento de dividendos das controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu dividendos das suas controladas no montante total de R\$ 73.354 da Triângulo e R\$ 59.010 da Vila do Conde.

(d) Recebimento Mútuo

Em maio de 2022, a Companhia recebeu da Triângulo o montante de R\$ 36.335 referente a principal e R\$ 2.483 referente a juros. O mútuo foi integralmente liquidado.

(e) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão das controladas Vila do Conde e Triângulo no exercício de 2022 foi respectivamente de 100% e 99,98%.

(f) Resolução homologatória para o ciclo 2022-2023

A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Triângulo e da Vila do Conde para o ciclo 2022-2023 em R\$ 146.710 e R\$ 67.972, respectivamente.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 3 (três) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo conselho de Administração.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto em lei.

(c) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros efetivos para o exercício de mandato unificado de 03 (três) anos, sendo eleitos em assembleia geral de acionistas. Compete aos conselheiros, entre outros, eleger e destituir a Diretoria, fiscalizar a gestão de diretores, examinar os livros, papéis e relatórios gerenciais da Companhia, solicitar informações sobre contratos firmados, fixar a orientação geral dos negócios e para a administração da Companhia.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

6. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da

Celeo Redes Transmissão de Energia S.A

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente	
Veja as Notas 6.2 e 11 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <p>i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;</p> <p>ii) a verificação: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia; e (c) se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados; e</p> <p>iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios

definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo quando aplicável as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa

Contadora CRC RJ-100983/O-7

Balanços patrimoniais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	9	143	92	317	5.045
Títulos e valores mobiliários	10	8.266	1.063	66.212	101.901
Concessionárias e permissionárias	11	-	-	20.809	18.787
Dividendos a receber		46.176	65.762	-	-
Ativo de contrato	12	-	-	146.393	140.035
Mútuo	27 (b)	-	37.832	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	13	12.767	10.744	13.126	12.220
Outros ativos		284	284	19.363	14.610
Total do ativo circulante		67.636	115.777	266.220	292.598
Caixa restrito	14	-	6.034	-	6.034
Ativo de contrato	12	-	-	598.811	650.597
Total do realizável a longo prazo		-	6.034	598.811	656.631
Investimento	15	595.761	611.176	-	-
Imobilizado e Intangível		-	-	8.696	8.698
Total do imobilizado + intangível + investimento		595.761	611.176	8.696	8.698
Total do ativo não circulante		595.761	617.210	607.507	665.329
Total do ativo		663.397	732.987	873.727	957.927
Fornecedores		2.398	1.995	4.430	3.801
Debêntures	16	340.327	52.459	340.327	52.459
Salários e encargos a pagar		-	-	1.546	2.275
Impostos e contribuições a recolher	17	2.455	2.899	23.561	27.482
Pis e Cofins diferidos	18	-	-	11.167	12.132
Dividendos a pagar	27 (c)	23.994	55.322	23.994	55.322
Encargos setoriais		-	-	9.549	8.482
Contas a pagar		1.405	1.955	1.405	1.955
Outros passivos		74	70	2.000	5.695
Total do passivo circulante		370.653	114.700	417.979	169.603
Debêntures	16	-	334.660	-	334.660
Pis e Cofins diferidos	18	-	-	39.306	43.001
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	123.698	127.035
Total do passivo não circulante		-	334.660	163.004	504.696
Total dos passivos		370.653	449.360	580.983	674.299
Capital social	21 (a)	85.600	85.600	85.600	85.600
Reserva de lucros	21 (b)	207.144	198.027	207.144	198.028
Total do patrimônio líquido		292.744	283.627	292.744	283.628
Total do passivo e patrimônio líquido		663.397	732.987	873.727	957.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	23	-	-	154.546	126.953
Pessoal		-	-	(10.142)	(10.545)
Material		-	-	(1.074)	(855)
Serviços de terceiros	24 (a)	-	-	(17.399)	(11.038)
Outros		-	-	(1.666)	(2.556)
Custos operacionais		-	-	(30.281)	(24.994)
Lucro bruto		-	-	124.265	101.959
Pessoal		-	-	(790)	(757)
Serviços de terceiros	24 (b)	(265)	(255)	(6.725)	(7.127)
Outros		(59)	(87)	(1.403)	(2.193)
Despesas operacionais		(324)	(342)	(8.918)	(10.077)
Resultado antes das despesas financeiras		(324)	(342)	115.347	91.882
Receitas financeiras		6.945	4.971	13.873	3.822
Despesas financeiras		(52.192)	(26.006)	(53.218)	(26.834)
Resultado financeiro	25	(45.247)	(21.035)	(39.345)	(23.012)
Resultado de equivalência patrimonial	15 (a)	99.817	66.635	-	-
Resultado antes dos impostos		54.246	45.258	76.002	68.870
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(25.093)	(25.904)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	3.337	2.292
Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	(21.756)	(23.612)
Lucro líquido do exercício		54.246	45.258	54.246	45.258
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	22	0,63	0,53	0,63	0,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	54.246	45.258
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	54.246	45.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

Controladora e Consolidado								
	Nota	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		85.600	6.033	157.120	14.366	44.574	-	307.692
Pagamento de dividendos		-	-	-	(14.000)	-	-	(14.000)
Aprovação dos dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(44.574)	-	(44.574)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	45.258	45.258
Reserva legal	21 (b)	-	2.263	-	-	-	(2.263)	-
Dividendo mínimo obrigatório	21 (b)	-	-	-	-	-	(10.749)	(10.749)
Dividendo adicional proposto	21 (b)	-	-	-	-	32.246	(32.246)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		85.600	8.296	157.120	366	32.246	-	283.627
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	21 (b)	-	-	-	-	(32.246)	-	(32.246)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	54.246	54.246
Reserva legal	21 (b)	-	2.713	-	-	-	(2.713)	-
Dividendo mínimo obrigatório	21 (b)	-	-	-	-	-	(12.883)	(12.883)
Dividendo adicional proposto	21 (b)	-	-	-	-	38.650	(38.650)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		85.600	11.009	157.120	366	38.650	-	292.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		54.246	45.258	54.246	45.258
Ajustes para:					
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(3.337)	(2.292)
- PIS e COFINS diferidos	23	-	-	(4.658)	(6.319)
- Equivalência	15 (a)	(99.817)	(66.635)	-	-
- Juros e custo de transação das debêntures	25	49.751	23.887	49.751	23.887
- Juros do mútuo	25	(2.094)	(4.725)	-	-
- Remuneração do ativo de contrato	12	-	-	(94.602)	(101.137)
		2.086	(2.215)	1.400	(40.603)
Variações em:					
- Títulos e valores mobiliários		(7.203)	1.749	35.689	(26.369)
- Concessionárias e permissionárias		-	-	(2.022)	1.784
- Ativo de contrato	12	-	-	140.030	166.029
- Impostos e contribuições a recuperar		(2.023)	(7.290)	(906)	(6.415)
- Outros ativos		-	140	(4.753)	(389)
- Fornecedores		402	428	629	252
- Salários e encargos a pagar		-	-	(729)	117
- Impostos e contribuições a recolher		3.122	257	21.317	23.737
- Encargos setoriais		-	-	1.067	(948)
- Contas a pagar		(550)	(529)	(550)	(529)
- Outros passivos		3	(2)	(3.694)	990
Caixa (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(4.163)	(7.462)	187.478	117.656
Impostos pagos sobre o lucro		-	-	(25.238)	(20.772)
Mútuos - recebimento de juros		-	-	-	-
Debentures - pagamento de juros	16	(45.693)	(11.671)	(45.693)	(11.671)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(49.856)	(19.133)	116.547	85.213
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Caixa restrito		6.034	(192)	6.034	(192)
Imobilizado e intangível		-	-	-	228
Mútuos - recebimentos	27 (b)	38.818	54.135	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(200)	-	-
Dividendos recebidos	15 (a)	132.364	49.791	-	-
Caixa gerado atividades de investimento		177.216	103.534	6.034	36
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Debentures - pagamento de principal	16	(50.850)	(55.456)	(50.850)	(55.456)
Dividendos pagos	27 (c)	(76.459)	(28.858)	(76.459)	(28.858)
Caixa (utilizado) nas atividades de financiamento		(127.309)	(84.314)	(127.309)	(84.314)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes		51	87	(4.728)	935
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		92	5	5.045	4.110
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	9	143	92	317	5.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas (1)		-	-	173.798	147.925
Remuneração do ativo de contrato	23	-	-	146.422	121.043
Receita de operação e manutenção	23	-	-	26.673	25.501
Outras receitas	23	-	-	1.122	1.556
Parcela variável	23	-	-	(419)	(175)
Insumos adquiridos de terceiros (2)		324	342	28.267	23.769
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		265	255	25.197	19.020
Despesas gerais, administrativas e outros		59	87	3.070	4.749
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		(324)	(342)	145.531	124.156
Depreciação e amortização (4)		-	-	-	-
Valor adicionado líquido (3) - (4) = (5)		(324)	(342)	145.531	124.156
Valor adicionado recebido em transferência (6)		106.762	71.606	13.873	3.822
Resultado de equivalência patrimonial	15 (a)	99.817	66.635	-	-
Receitas financeiras	25	6.945	4.971	13.873	3.822
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		106.438	71.264	159.404	127.978
Distribuição do valor adicionado		106.438	71.264	159.404	127.978
Pessoal		-	-	10.932	11.302
Impostos, taxas e contribuições		-	-	41.008	44.584
Juros	25	52.192	26.006	53.218	26.834
Lucro líquido do exercício		54.246	45.258	54.246	45.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
Base de preparação		
1.	Contexto operacional	16
2.	Base de preparação	17
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	17
4.	Uso de estimativas e julgamentos	17
Políticas contábeis		
5.	Base de mensuração	17
6.	Sazonalidade	17
7.	Principais políticas contábeis	18
8.	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	26
Ativos		
9.	Caixa e equivalentes de caixa	27
10.	Títulos e valores mobiliários	27
11.	Concessionárias e permissionárias	28
12.	Ativo de contrato	28
13.	Impostos e contribuições a recuperar	28
14.	Caixa restrito	29
15.	Investimentos	29
Passivos e Patrimônio Líquido		
16.	Debêntures	30
17.	Impostos e contribuições a recolher	32
18.	PIS e COFINS diferidos	32
19.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	32
20.	Passivos contingentes	33
21.	Patrimônio líquido	33
Desempenho do ano		
22.	Lucro básico e diluído por ação	34
23.	Receita operacional líquida	35
24.	Serviços de terceiros	35
25.	Resultado financeiro	36
Tributos sobre o lucro		
26.	Imposto de renda e contribuição social	36
Outras informações		
27.	Transações com partes relacionadas	36
28.	Gestão de riscos financeiros	38
29.	Cobertura de seguros	40

1 Contexto operacional

A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), sociedade anônima aberta, foi constituída em 26 de junho de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio.

A Companhia possui participação de 100% no capital social das empresas LT Triângulo S.A. (“Triângulo”) e Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. (“Vila do Conde”).

A Celeo Redes Brasil S.A. (“Celeo”) possui 100% de participação na Companhia.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo individual e consolidado de R\$ 303.017 e R\$ 151.758, respectivamente, devido, principalmente, a transferência do saldo das debêntures do não circulante para o circulante, cujo vencimento se dará em novembro de 2023. A administração da Companhia tem como objetivo a postergação ou o refinanciamento dessa dívida. No entendimento da administração, a geração de caixa da Companhia não é afetada e é suficiente para quitar suas obrigações de curto prazo.

(a) Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 2 de agosto de 2018 foi aprovada em assembleia geral extraordinária (AGE) a abertura do capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta emissora de valores mobiliários na categoria “B” perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480.

No dia 12 de dezembro de 2018, a CVM deferiu o registro da Companhia como emissor na categoria “B”.

(b) Controladas

As controladas (também definidas como “Grupo” quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são concessionárias de transmissão de energia, com prazo de exploração de 30 anos, conforme informações a seguir.

	Contrato de concessão	Término do contrato	RAP		Redução da RAP	Indexador
			2021-2022	2022-2023		
Triângulo	004/2006	26/04/2036	131.306	146.710	Julho-2024	IPCA
Vila do Conde	003/2005	04/03/2035	61.389	67.972	Mai-2021	IGP-M

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17 de fevereiro de 2023.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado), a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 7.3), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 7.7). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Sazonalidade

As controladas da Companhia não possuem sazonalidade nas suas operações.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

7.1 Base de consolidação

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas, se aplicável, são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

7.2 Instrumentos financeiros

(c) Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(d) Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

iv.1 Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(e) Desreconhecimento

i. Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

ii. Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(f) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(g) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

7.3 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pelas controladas.

De acordo com o contrato de concessão, as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, as controladas possuem duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as controladas mantêm sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA (Triângulo) e do IGP-M (Vila do Conde).

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as controladas nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, as controladas utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de Reserva de lucros a realizar.

Em 1º de dezembro de 2020 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 (Ofício) para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47/IFRS 15 e do CPC 48/IFRS 9 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção, que varia conforme o projeto, de 8% a 28%, e de operação e manutenção, que varia de 20% a 25%.

A Companhia não identificou a necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC 47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis:

- i. Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas.
- ii. A atualização monetária do ativo de contrato é reconhecida pela taxa estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa que remunera o ativo de contrato varia entre 9% a.a. e 16% a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 10% a.a. e 15% a.a., nominal e antes dos impostos.

7.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração do Grupo.

7.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

7.7 Provisão para perda esperada de crédito

A Provisão para perda esperada de crédito (“PEC”), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

O Grupo possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa.

Em caso de inadimplência por parte do cliente, o Grupo comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Grupo não possui provisão para PEC.

7.8 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32).

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

9 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Conta corrente		143	92	317	318
CDB	(a)	-	-	-	4.094
Operações compromissadas	(a)	-	-	-	633
		143	92	317	5.045

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou o resgate total da aplicação para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

10 Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
CDB	(a)	448	1.023	58.394	98.556
Fundo de investimento	(b)	-	-	-	3.305
Fundo de investimento - Cash Blue	(c)	7.818	-	7.818	-
Outras aplicações		-	40	-	40
		8.266	1.063	66.212	101.901

As aplicações financeiras foram proporcionadas pela geração de caixa do Grupo.

- (a) O Grupo estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 101,5% em 2022 (99% em 2021) do DI com vencimento entre junho de 2023 e janeiro de 2024.
- (b) Até junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 parte dos recursos foram aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2022 foi de 5%. Em junho de 2022, o Grupo resgatou 100% do saldo aplicado no fundo para pagamento de obrigações de curto prazo.
- (c) Em 31 de dezembro de 2022 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos "Cash Blue Renda Fixa referenciado DI fundo de investimento" no Banco Santander, cuja composição da carteira está dividida em títulos públicos federais e operações compromissadas. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,1% (4,17% no exercício findo em 2021).

11 Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	2022	2021
A vencer	18.372	17.794
Até 3 meses	-	34
De 3 a 12 meses	937	106
Acima de 12 meses	1.500	853
	20.809	18.787

A provisão para perdas esperadas de créditos não é reconhecida, pois no caso de não recebimento, o Grupo pode acionar o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e então acionar a garantia bancária do usuário que consta no contrato de constituição de garantia.

12 Ativo de contrato

	Triângulo	Vila do Conde	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	603.100	252.424	855.524
Remuneração do ativo de contrato	69.714	31.423	101.137
Recebimentos	(107.450)	(58.579)	(166.029)
Em 31 de dezembro de 2021	565.364	225.268	790.632
Remuneração do ativo de contrato	64.709	29.893	94.602
Recebimentos	(112.285)	(27.745)	(140.030)
Em 31 de dezembro de 2022	517.788	227.416	745.204

A segregação entre circulante e não circulante está demonstrada a seguir.

	Consolidado	
	2022	2021
Circulante	146.393	140.035
Não circulante	598.811	650.597
	745.204	790.632

13 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda - juros sobre capital próprio	8.494	6.036	8.494	6.036
Imposto de renda - mútuo	3.165	3.994	3.165	3.994
Outros	1.108	714	1.467	2.190
	12.767	10.744	13.126	12.220

14 Caixa restrito

Como parte das garantias das debêntures, a Companhia constituiu conta reserva no Banco Santander.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos "Cash Blue Renda Fixa referenciado DI fundo de investimento" no Banco Santander, cuja composição da carteira está dividida em títulos públicos federais e operações compromissadas. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 12,1% (4,17% no exercício findo em 2021). Em 31 de dezembro de 2022 não há saldo reconhecido no não circulante devido ao prazo de vencimento da dívida.

15 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Triângulo	Vila do Conde	Controladora
Em 31 de dezembro de 2020	383.120	244.372	627.492
Resultado de equivalência patrimonial	46.621	20.014	66.635
Dividendos recebidos	(23.242)	(26.549)	(49.791)
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	(22.145)	(11.015)	(33.160)
Em 31 de dezembro de 2021	384.354	226.822	611.176
Resultado de equivalência patrimonial	51.029	48.788	99.817
Dividendos recebidos	(30.144)	(36.457)	(66.601)
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	(24.238)	(24.393)	(48.631)
Em 31 de dezembro de 2022	381.001	214.760	595.761

(b) Informações financeiras resumidas das controladas

	Triângulo		Vila do Conde	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante	161.512	179.424	84.390	100.990
Ativo não circulante	405.145	457.775	202.362	201.520
Passivo circulante	57.011	115.452	37.633	43.043
Passivo não circulante	128.645	137.392	34.359	32.643
Patrimônio líquido	381.001	384.355	214.760	226.824
Lucro líquido do exercício	51.030	46.621	48.787	20.014

16 Debêntures

		Controladora e Consolidado	
		2022	2021
Debêntures	(a)	393.052	439.177
Custo de transação	(b)	(5.933)	(8.818)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020		387.119	430.359
Juros		46.866	21.002
Amortização - principal		(50.850)	(55.456)
Amortização - juros		(45.693)	(11.671)
Amortização - custo de transação		2.885	2.885
Debêntures	(a)	343.375	393.052
Custo de transação	(b)	(3.048)	(5.933)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		340.327	387.119

- (a) A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de dezembro de 2018 destinadas ao pagamento integral dos financiamentos vigentes nas controladas, realização de contratos de mútuos intercompany e distribuição de recursos para a controladora da Companhia. O valor total captado foi de R\$ 565.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 24 de dezembro de 2018. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros CDI + 0,75% ao ano. Os juros remuneratórios e o valor nominal unitário das debêntures são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2019 e o último na data de vencimento em 15 de novembro de 2023.
- (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção das debêntures. A contra partida foi reconhecida no passivo circulante na rubrica de contas a pagar.

Em 31 de dezembro de 2022 não há saldo reconhecido no não circulante devido ao prazo de vencimento da dívida. As demais informações de saldos do circulante e não circulante apresentadas no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir.

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Circulante	340.327	52.459
Não circulante	-	334.660
	340.327	387.119

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As cláusulas de vencimento antecipado são as usuais para esse tipo de operação e as principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura; (b) Qualquer operação que implique alteração da estrutura societária da Emissora sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas; (c) Liquidação, dissolução, extinção, pedido de recuperação judicial e declaração de falência da Companhia e/ou das controladas; (d) A Companhia deixar de ser uma sociedade por ações; (e) Distribuição de dividendos superior ao mínimo obrigatório caso esteja inadimplente com a escritura; (f) Aumento de capital nas controladas acima de R\$ 5.000 sem a prévia anuência dos debenturistas; e (g) Descumprimento dos seguintes índices financeiros (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,05 mais de 2 (duas) vezes consecutivas ou 3 (três) vezes alternadas ou (b) Dívida Líquida/EBITDA ajustado consolidado inferior ou igual a 2,75 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Abaixo está demonstrado o cálculo do ICSD e da Dívida Líquida/EBITDA

i. Cálculo do ICSD

	2022
(+) EBITDA ajustado consolidado	222.068
(-) Tributos	(25.238)
(A) Fluxo de caixa gerado consolidado	196.830
Amortização de principal	50.850
Pagamento de juros	45.693
(B) Serviço da dívida das debêntures	96.543
(A) Fluxo de caixa gerado consolidado	196.830
(B) Serviço da dívida das debêntures	96.543
(C) ICSD (A) / (B)	2,04

ii. Cálculo da Dívida líquida/EBITDA

	2022
(+) Debêntures no curto prazo	340.327
(-) Disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários	(66.530)
(A) Dívida líquida	273.797
(+/-) Lucro/Prejuízo antes dos imposto de renda	76.002
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	39.345
(-) Outras receitas operacionais	(1.122)
(+) PIS e COFINS diferidos por conta da aplicação CPC 47	4.658
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(94.602)
(-) Receita para cobertura dos gastos com operação e manutenção	(26.673)
(+) Receita Anual Permitida no exercício (menos as deduções da receita)	218.090
(+/-) Outros ajustes IFRS (a)	6.370
(B) EBITDA Ajustado Consolidado	222.068
(A) Dívida líquida	273.797
(B) EBITDA Ajustado Consolidado	222.068
(C) Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado	1,23

(a) Refere-se a adições de imobilizado regulatório.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas estabelecidas na escritura das debêntures.

17 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda	-	-	14.220	16.602
Contribuição social	-	-	4.417	4.641
Cofins	1.303	1.675	2.967	2.280
PIS	280	360	513	360
IOF	709	709	709	709
Outros	163	155	735	2.890
	2.455	2.899	23.561	27.482

18 PIS e COFINS diferidos

	Consolidado	
	2022	2021
PIS	9.003	9.834
COFINS	41.470	45.299
	50.473	55.133

A segregação entre circulante e não circulante está demonstrada a seguir.

	Consolidado	
	2022	2021
Circulante	11.167	12.132
Não circulante	39.306	43.001
	50.473	55.133

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pelo Grupo.

19 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2022	2021
Imposto de renda	90.954	93.407
Contribuição social	32.744	33.628
	123.698	127.035

20 Passivos contingentes

(a) Provisão

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia e suas controladas não possuem processos com chances prováveis de perda.

(b) Passivos contingentes

(b.1) Servidão administrativa - Triângulo

A Triângulo indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão foi construída. Inicialmente é atribuído o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Triângulo.

Em 31 de dezembro de 2022 o valor em risco provável é de R\$ 250.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R\$ 1.080 e R\$ 1.330, respectivamente, e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. Caso esse valor seja pago aos proprietários, a Companhia pode pedir à ANEEL a reabertura do processo de unitização e incluir esses gastos como custo do empreendimento.

(b.2) Tributário - Triângulo

Alguns pedidos de compensações não foram homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Triângulo entende que possui o direito de utilizar esses créditos e entrou com processos contra a RFB.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R\$ 306 e R\$ 276, respectivamente, e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 85.600 dividido em 85.600 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Todas as ações são detidas pela Celeo.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R\$ 2.713 e R\$ 2.263, respectivamente.

ii. Dividendo mínimo obrigatório

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R\$ 12.883 e R\$ 10.749, respectivamente.

iii. Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado foi de R\$ 38.650 e R\$ 32.246, respectivamente.

Conforme assembleia geral ordinária (AGO) realizada no dia 27 de abril de 2022 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 32.246 de dividendo adicional proposto.

iv. Retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

v. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 conforme descrito na nota explicativa 7.3.

22 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	54.246	45.258
Média ponderada das ações emitidas	85.600	85.600
	0,63	0,53

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

23 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2022	2021
Remuneração do ativo de contrato	146.422	121.043
Receita de operação e manutenção	26.673	25.501
Compartilhamento de instalação	1.122	1.556
Parcela variável	(419)	(175)
Receita bruta	173.798	147.925
PIS e COFINS correntes	(15.804)	(19.296)
PIS e COFINS diferidos	4.658	6.319
Encargos setoriais	(8.106)	(7.995)
Deduções da receita	(19.252)	(20.972)
	154.546	126.953

24 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais

		Consolidado	
		2022	2021
Serviço de operação e manutenção	(i)	(5.485)	(5.480)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(ii)	(7.625)	(1.210)
Contrato de compartilhamento de instalação		(1.670)	(1.417)
Diversos		(2.619)	(2.931)
		(17.399)	(11.038)

- i. Refere-se a prestação de serviço para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizado pela Celeo.
- ii. Refere-se aos custos que o Grupo teve para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão.

(b) Despesas operacionais

		Consolidado	
		2022	2021
Prestação de serviços administrativos	(i)	(5.607)	(5.607)
Consultorias		(792)	(893)
Diversos		(326)	(627)
		(6.725)	(7.127)

- i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	4.851	246	13.873	3.663
Receita de juros do mútuo	2.094	4.725	-	-
Outras receitas	-	-	-	159
Receitas financeiras	6.945	4.971	13.873	3.822
Juros das debêntures	(46.866)	(21.002)	(46.866)	(21.002)
Custo de transação - debêntures	(2.885)	(2.885)	(2.885)	(2.885)
Outras despesas	(2.441)	(2.119)	(3.467)	(2.947)
Despesas financeiras	(52.192)	(26.006)	(53.218)	(26.834)
	(45.247)	(21.035)	(39.345)	(23.012)

26 Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2022	2021
Resultado antes dos impostos	76.002	68.870
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(25.841)	(23.416)
(Adições) exclusões	4.085	(196)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(21.756)	(23.612)
Alíquota efetiva	29%	34%

27 Transações com partes relacionadas

(a) Dividendos a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Triângulo e a Vila do Conde pagaram o montante de R\$ 73.354 e R\$ 59.010, respectivamente (em 31 de dezembro de 2021, R\$ 23.242 e 26.549, respectivamente) de dividendos e juros sobre capital próprio para a Companhia.

(b) Mútuo

	Controladora			
	Ativo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021
Triângulo	-	36.724	2.094	4.227
Triângulo - IOF	-	955	-	-
Vila do Conde	-	-	-	498
Vila do Conde - IOF	-	153	-	-
	-	37.832	2.094	4.725

No dia 31 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou contratos de mútuo com as suas controladas no valor total de R\$ 150.000 com a Triângulo e R\$ 29.500 com a Vila do Conde, com previsão de pagamento em parcelas semestrais, iguais e sucessivas, pelo período de 48 meses a contar da data de desembolso, com atualização indexada a 100% do certificado de depósito bancário (CDI) e juros remuneratórios de 3% ao ano. Com o recurso do mútuo, as controladas quitaram integralmente os financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 13 de maio 2022 e 11 de novembro de 2021 a Triângulo e Vila do Conde, respectivamente, quitaram integralmente o Mútuo valendo-se de prerrogativa contratual que permite o pagamento antecipado sem acréscimos.

A movimentação do mútuo está demonstrada a seguir.

	Triângulo	Vila do Conde	Controladora
Em 31 de dezembro de 2020	80.350	6.892	87.242
Receita de juros	4.227	498	4.725
Recebimento de principal	(42.735)	(6.651)	(49.386)
Recebimento de juros	(4.163)	(586)	(4.749)
Em 31 de dezembro de 2021	37.679	153	37.832
Receita de juros	2.094	-	2.094
Recebimento de juros	(2.483)	-	(2.483)
Recebimento de principal	(36.335)	-	(36.335)
IOF	(955)	(153)	(1.108)
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	-

(c) Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	55.322	14.858
Aprovação dos dividendos oriundos das reservas de lucros	32.246	58.573
Pagamento de dividendos	(76.457)	(28.858)
Constituição de dividendo mínimo obrigatório	12.883	10.749
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	23.994	55.322

(d) Transações comerciais

	Consolidado	
	2022	2021
Triângulo	(6.527)	(6.522)
Vila do Conde	(4.565)	(4.565)
	(11.092)	(11.087)

Refere-se ao contrato que as controladas Triângulo e Vila do Conde possuem com a Celeo para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão e para prestação de serviços administrativos.

(e) Transações com a controladora

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a companhia possui o montante a pagar de R\$ 2.371 e R\$ 1.879, respectivamente, referente a despesas pagas pela Celeo.

(f) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo.

28 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

O Grupo administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como os riscos (i) de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. O Grupo não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno adequado aos acionistas e demais partes interessadas, além de ajustar sua estrutura de capital com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o custo de financiamento do Grupo possui taxas pré-fixadas.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de acionamento de garantia fornecida pelos usuários ao ONS e a interrupção do fornecimento.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, o Grupo segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O Grupo realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais o Grupo possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa e dos planos de investimento permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo, com o objetivo de preservar a liquidez do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

O Grupo efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Na realização do teste, o Grupo assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Consolidado			
	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(8.111)	(6.083)	(4.056)
Debêntures	Aumento do IPCA	18.071	13.554	9.036

* Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (12,25% e 5,31%) foi considerada conforme relatório Focus de 30/12/2022.

(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

29 Cobertura de seguros

O Grupo possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. O Grupo possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 170.696 para danos materiais e R\$ 10.000 para responsabilidade civil.

José Maurício S. de Souza
Diretor

Marcus Hansen Balata
Diretor

Luiz Carlos Leite
Diretor relação com
investidores

Bruno M. S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8